
Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51297>

**Cravo em Flor:
Simbolismo e Memória da Revolução de Abril***

*Carnation in Bloom:
Symbolism and Memory of the April Revolution*

*Clavel en Flor:
Simbolismo y Memoria de la Revolución de Abril*

Maria Venade**

<https://orcid.org/0009-0006-2474-5930>

Raquel da Silva***

<https://orcid.org/0000-0002-5239-5919>

Ana Sofia Ferreira****

<https://orcid.org/0000-0002-5521-4191>

* Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do UIDB/03122/2020.

** Investigadora Independente. Profissional júnior na área dos assuntos europeus, detentora de um duplo diploma em Relações Internacionais, Ciência Política e Sociologia pelo Sciences Po Bordeaux e pela Universidade de Coimbra. Os seus interesses de investigação centram-se na política europeia e internacional, e nos estudos culturais. mariavcosta@gmail.com

*** Professora associada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora integrada do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Internacionais, Lisboa, Portugal. A sua investigação explora questões relacionadas com violência política, terrorismo, contraterrorismo e outras violências perpetradas pelo Estado. Publicou uma monografia intitulada *Narratives of Political Violence: Life Stories of Former Militants* (Routledge, 2019) e co-editou outros cinco volumes no subcampo dos Estudos Críticos do Terrorismo. A sua investigação interdisciplinar tem também sido publicada em diversos artigos, e o seu trabalho tem sido financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pela British Academy e pela União Europeia, entre outros. É coordenadora da IN-CTSS – Iberian Network of Critical Terrorism and Security Studies e editora da revista *Critical Studies on Terrorism*. rbpsa@iscte-iul.pt

**** Professora auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora integrada do Instituto de Sociologia desta faculdade. O seu doutoramento em História Contemporânea, pela Universidade Nova de Lisboa, foi concluído em 2015. É especialista em história social e política, tendo-se dedicado ao estudo de temas relacionados com a violência política, a esquerda radical e o processo revolucionário português de 74-76. asmferreira@letras.up.pt

RESUMO: Esta investigação foca-se na construção da memória coletiva portuguesa da Revolução de Abril de 1974 através de um símbolo visual e político: o cravo vermelho. Mais concretamente, procura compreender como é que a Associação 25 de Abril (A25A) efetua esta memorialização a cada comemoração anual, desde 1984 a 2025. Esta análise seguiu um prisma pós-estruturalista, baseada em Jacques Derrida e Roland Barthes, associada à teoria da viragem estética em Relações Internacionais (RI). Este quadro teórico permitiu descodificar as complexidades da construção da memória coletiva e da identidade nacional, assim como as (re)significações do cravo vermelho a cada comemoração anual, de acordo com a evolução política e social da sociedade portuguesa. Através de uma análise qualitativa e visual dos elementos iconográficos e tipográficos dos cartazes comemorativos anuais da A25A, pretendeu-se obter uma visão geral da evolução da representação visual do cravo vermelho. Desta forma, foi possível compreender que o cravo vermelho se tornou, associado ao valor de Abril da liberdade, o grande símbolo da Revolução de 1974 e o elemento base da construção de narrativa(s) acerca da mesma. Ao interligar abordagens estéticas e políticas através de metodologias visuais, este estudo oferece novos elementos de análise e investigação dos fenómenos internacionais na área das RI.

Palavras-chave: Cravo. Estética. Memória coletiva. Memorialização. Revolução de Abril de 1974.

ABSTRACT: This research focuses on the construction of the Portuguese collective memory of the April 1974 Revolution through a visual and political symbol: the red carnation. More specifically, it sought to understand how the Associação 25 de Abril (A25A) carries out this memorialisation at each annual commemoration, from 1984 to 2025. This analysis followed a post-structuralist perspective, based on Jacques Derrida and Roland Barthes, associated with the theory of the aesthetic turn in International Relations (IR). This theoretical framework decoded the complexities of the construction of collective memory and national identity, as well as the (re)significations of the red carnation at each annual commemoration, according to the political and social evolution of Portuguese society. Through a qualitative and visual analysis of the iconographic and typographic elements of the A25A's annual commemorative posters, this study offers an overview of the evolution of the visual representation of the red carnation. Thus, the red carnation became, associated with the April value of freedom, the great symbol of the 1974 Revolution and the key element in the construction of narrative(s) about it. By linking aesthetic and political approaches through visual methodologies, this study offers new elements for analysis and investigation of international phenomena in the field of IR.

Keywords: Carnation. Aesthetics. Collective memory. Memorialisation. April 1974 Revolution.

RESUMEN: Esta investigación se centra en la construcción de la memoria colectiva portuguesa de la Revolución de Abril de 1974 a través de un símbolo visual y político: el clavel rojo. Más concretamente, busca comprender cómo la Associação 25 de Abril (A25A) lleva a cabo esta conmemoración en cada celebración anual, desde 1984 hasta 2025. Este análisis siguió un prisma posestructuralista, basado en Jacques Derrida y Roland Barthes, asociado a la teoría del giro estético en Relaciones Internacionales (RI). Este marco teórico permitió descifrar las complejidades de la construcción de la memoria colectiva y la identidad nacional, así como los (re)significados del clavel rojo en cada conmemoración anual, de acuerdo con la evolución política y social de la sociedad portuguesa. A través de un análisis cualitativo y visual de los elementos iconográficos y tipográficos de los carteles conmemorativos anuales de la A25A, este estudio ofrece una visión general de la

evolución de la representación visual del clavel rojo. Así, el clavel rojo, asociado al valor de la libertad de abril, se convirtió en el gran símbolo de la Revolución de 1974 y en el elemento básico de la construcción de narrativas sobre la misma. Al interrelacionar enfoques estéticos y políticos mediante metodologías visuales, este estudio ofrece nuevos elementos de análisis e investigación de los fenómenos internacionales en el ámbito de las relaciones internacionales.

Palabras clave: Clavel. Estética. Memoria colectiva. Memorialización. Revolución de Abril de 1974.

Como citar este artigo:

Venade, Maria; Silva, Raquel da; Ferreira, Ana Sofia. “Cravo em Flor: Simbolismo e Memória da Revolução de Abril”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 215-238.

Introdução

“A poesia está na rua” declarava a pintora Maria Helena Vieira da Silva num dos seus cartazes de 1975, transposto na figura 1. De facto, este cartaz que evoca o derradeiro dia para a democracia portuguesa, 25 de abril de 1974, coloca em evidência o seu símbolo principal, o cravo vermelho, apesar de não intencional. A Revolução de Abril pôs fim à mais longa ditadura da Europa Ocidental, e teve um impacto significativo sobre várias gerações, tanto em termos sociais e políticos, quanto culturais. A imagem do cravo vermelho tornou-se inseparável do imaginário de Abril, adquirindo um valor afetivo, político e cultural que ultrapassa o acontecimento histórico e se prolonga nas formas contemporâneas de comemoração e construção da memória coletiva. Entre os vários atores que participam anualmente nesse trabalho memorial, destaca-se a Associação 25 de Abril (A25A) criada por antigos militares do Movimento das Forças Armadas (MFA) e responsável pela produção regular de materiais visuais, sobretudo cartazes, que evocam os valores de liberdade, democracia e participação cívica associados ao 25 de Abril. Estes cartazes constituem, por isso, uma fonte privilegiada para analisar como a memória da Revolução tem sido atualizada, reinterpretada e politicamente mobilizada ao longo do tempo.



Figura 1 — Cartaz “A poesia está na rua”, de Maria Helena Vieira da Silva (1975).
Fonte: *website* da Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte Gulbenkian.

Apesar de a Revolução de Abril ocupar um lugar central na memória coletiva portuguesa, o significado atribuído ao evento não é estático nem consensual. Pelo contrário, este processo de memorialização tem sido marcado por sucessivos ciclos de (re)significação, alternando entre momentos de consolidação simbólica, contestação revisionista e reafirmação identitária, consoante as conjunturas políticas e sociais de cada época (Loff 2011, 2014). As comemorações anuais não apenas celebram o passado, mas também projetam leituras presentes desse passado, reforçando, disputando ou ressignificando os seus símbolos. Neste contexto, torna-se pertinente analisar o impacto do cravo vermelho enquanto símbolo visual e político nas comemorações anuais da Revolução dos Cravos e na construção de um ideário de memória coletiva em torno deste acontecimento. Deste modo, parte da seguinte questão de investigação: Em que medida a utilização do cravo vermelho nos cartazes comemorativos da A25A contribuiu enquanto símbolo visual e político para a construção da memória coletiva portuguesa em torno da Revolução de 1974?

Esta investigação parte, por isso, do pressuposto de que a análise dos cartazes da A25A deve ser lida não como uma sequência cumulativa de imagens, mas como um mapa dessas transformações qualitativas na forma como a sociedade portuguesa se relaciona com o seu passado revolucionário. Através da análise dos elementos iconográficos destes cartazes procura-se identificar continuidades e ruturas na representação do cravo, mapear o modo como a sua simbologia é mobilizada em diferentes contextos políticos e sociais e refletir sobre o poder das imagens enquanto dispositivo de memória.

O Cravo e a Memória da Revolução: de Flor a Símbolo de Liberdade

Memória coletiva e identidade nacional

Enquanto teórico primordial do conceito de memória coletiva, Maurice Halbwachs (1950, 1952) argumenta que as narrativas coletivas do passado são moldadas pelas instituições e estruturas de poder dominantes, sendo fruto de um processo de construção social. A memória, tanto individual quanto coletiva, é influenciada pelo grupo social a que se pertence, sendo socialmente construída. Embora a memória seja individual, o indivíduo está inserido num contexto sociopolítico que o conecta à memória coletiva do seu grupo. Assim, a memória coletiva responde tanto às necessidades do presente quanto das instituições dominantes. Críticas posteriores, como as de Noa Gedi e Yigal Elam (1996) sublinham que a memória coletiva não deve ser interpretada como uma entidade homogênea, mas como um conjunto de representações seletivas, produzidas em contextos de poder.

Ao introduzir o conceito de *lieux de mémoire*, Pierre Nora (1989) questiona a dicotomia memória coletiva/memória histórica, demonstrando que há determinados locais ou acontecimentos que se tornam símbolos e o epítome da memória coletiva, estando carregados de significado emocional e simbólico. É, precisamente, essa dimensão sentimental da memória que a deixa sensível a (re)construções e a modelagens segundo as narrativas das estruturas dominantes. O cravo vermelho é um desses lugares de memória: uma forma material e visual que condensa narrativas sobre liberdade, resistência, transformação social e identidade nacional. Não representa apenas um acontecimento histórico, mas a forma como a comunidade nacional escolhe recordar e reinscrever esse acontecimento no presente.

A partir das contribuições de Jan Assmann e John Czaplicka (1995) a memória coletiva pode ser entendida em duas dimensões complementares: memória comunicativa e memória cultural. A primeira refere-se à comunicação oral quotidiana, relacionada aos diversos grupos sociais, evoluindo à medida que o tempo passa, sendo, por isso, fragmentada, informal e tematicamente instável. Já a segunda, está inerentemente relacionada a um passado fixo, cujas representações estão organizadas em figuras de memória (como, nesta investigação, nas comemorações anuais do 25 de Abril). A memória cultural é, portanto, transcendente e representada em textos, imagens, entre outros dispositivos, podendo reconstruir-se e adaptar-se aos contextos contemporâneos, uma vez que as instituições a estruturam e transmitem. Esta memória é o resultado de uma procura de identidade, pelo sentimento de pertença a uma identidade coletiva, estando em constante (re)construção mediante aquilo que o contexto presente exige dela, reinterpretando símbolos e eventos históricos.

Processos de memorialização e ação política comemorativa

De modo a celebrar importantes eventos da sua história, os atores promovem e organizam comemorações. Esta ação política comemorativa surge não como um simples registo de eventos históricos, mas como uma forma de significação e alinhamento a certos valores. Para isso, elementos iconográficos e visuais são utilizados como representações da memória coletiva (Schwartz 1982).

As comemorações não se limitam a reconstruir o passado, mas projetam sentidos no presente. Neste sentido, Kevin Rafter (2016) começa por definir comemorações nacionais como rituais públicos que visam expor o(s) significado(s) de eventos históricos relevantes no contexto nacional. É, também, através destas comemorações que se pode compreender as interpretações e narrativas correntes do passado histórico. Ainda nesta linha de raciocínio, Victor Roudometof (2003) demonstra como as comemorações constroem interpretações próprias de eventos históricos nacionais, sendo utilizadas para fins de construção identitária nacional. As comemorações são, portanto, atos políticos. Através da memória coletiva, mitificam-se eventos e figuras históricas e legitimam-se as narrativas políticas (Roudometof 2003).

É desta forma que Bell (2003) introduz o conceito de *mythscape*, que corresponde à interseção do debate entre memória nacional e mitos nacionalistas ou conceitos utilizados no discurso nacionalista. Ao utilizar o exemplo da República de Weimar, Kathleen Canning (2010) explora como símbolos, emoções e comemorações foram trabalhados de modo a moldar a cultura política e a reforçar a construção democrática.

Relativamente à Revolução dos Cravos, Maria Manuela Cruzeiro (2014) enfatiza a necessidade de uma memória autêntica da Revolução que tenha como pilares de memorialização os seus valores democráticos e de liberdade. A autora afirma que mais do que uma memória passada, deve ser uma memória ativa, orientada para a construção de um futuro democrático coeso, num país em que a memória histórica é fragmentada e a democracia é tida como um bem adquirido. Cruzeiro (2014) critica a distorção e simplificação da memória da revolução. Rui Bebiano (2006) caracteriza este processo como uma desmemória, um processo voluntário onde se oculta o cariz revolucionário e se promove somente ideias de progresso e democracia, por outras palavras, a narrativa oficial que serve os interesses hegemónicos das estruturas de poder dominantes. Assim, as comemorações tornam-se rituais vazios, sem verdadeiro significado histórico.

Ainda nesta linha analítica, sublinha-se o trabalho de Manuel Loff (2011). Partindo do revisionismo histórico iniciado no final dos anos 1970 com a ascensão do neoliberalismo e do neoconservadorismo, o autor afirma que este revisionismo não é somente uma revisão crítica da

história, mas uma reescrita ideológica deliberada do passado. Pretende-se, dessa forma, deslegitimar as leituras mais progressistas, nomeadamente aquelas que sublinham o papel popular e as revoluções ou movimentos radicais como as fontes de mudança. Assim, Loff (2011) argumenta que a Revolução de Abril foi sendo reinterpretada, mais concretamente a partir dos anos 1980, por movimentos de direita conservadores. Esta (re)interpretação tomava a Revolução de 1974 como um simples golpe militar perpetrado por ideólogos (de esquerda) que manipularam a opinião popular e pretendiam instaurar um regime totalitário. O conceito de totalitarismo funciona, neste quadro revisionista, como dispositivo intelectual central: ao equiparar regimes comunistas e fascistas sob a categoria comum de 'totalitarismo' — leitura popularizada sobretudo pela obra de Hannah Arendt (2017b), ainda que amplamente contestada nas ciências sociais —, este discurso permite reclassificar a dimensão popular e de matriz esquerdista da Revolução de Abril como equivalente a uma ameaça totalitária, esvaziando-a do seu conteúdo emancipatório e da sua legitimidade histórica. Esta ideia reforça a excecionalidade dos eventos do dia 25 de abril de 1974, ignorando o seu enraizamento social e continuidade histórica, e esvaziando a Revolução dos Cravos do seu simbolismo (Loff 2011).

Memorialização e utilização de flores em comemorações

Embora a Revolução dos Cravos de 1974 em Portugal tenha colocado em grande evidência a utilização de flores em ações comemorativas, não foi pioneira neste âmbito. As flores tornaram-se um elemento político e politizado, utilizado por diferentes quadrantes políticos e em diferentes contextos histórico-sociais, sendo um elemento visual ao serviço da mensagem a ser transmitida. Na Europa moderna e contemporânea, as flores foram usadas para representar ideias de pureza, renovação, fraternidade ou sacrifício. Em França, por exemplo, diferentes cores de cravos assumiram significados políticos contrastantes desde o século XIX: uns associados ao luto republicano, outros ao conservadorismo, outros ainda à resistência. Este uso plural demonstra que o significado político de uma flor não é intrínseco, mas depende dos enquadramentos discursivos e das disputas simbólicas em que é mobilizada (Tournier 2006).

No século XX, as flores tornam-se também um instrumento de ação política performativa. Nos anos 1960, o poeta e ativista Allen Ginsberg havia sido responsável pela internacionalização do movimento de contracultura Flower Power, que via nas flores uma forma de resistência e contestação pacífica contra os conflitos bélicos (Paese s.d.). Exemplos mais contemporâneos incluem a Revolução das Rosas na Geórgia (2003), a Revolução das Túlipas no Quirguistão (2005) e a Revolução de Jasmim na Tunísia (2010-2011). Apesar das suas especificidades políticas, o uso de flores como rótulos mediáticos sublinha a força destas imagens para representar momentos de

mudança e para simplificar narrativas complexas em símbolos facilmente reconhecíveis. Nestes casos, a flor funciona tanto como marca comunicacional quanto como tentativa de legitimação simbólica das mobilizações. O cravo vermelho da revolução portuguesa distingue-se, contudo pela sua associação direta com a ação revolucionária: colocado nos canos das espingardas no dia 25 de abril de 1974, tornou-se metáfora visual do fim da ditadura e da guerra colonial.

A origem do cravo enquanto símbolo visual e político da Revolução de Abril

A origem do cravo enquanto símbolo da Revolução de Abril tem tanto de imprevisível quanto de poético, tanto pela sua total coincidência, que nada teve a ver com planos de criação simbólica, quanto pela forma como se tornou memória e simbologia de liberdade e democracia. Contudo, embora a cor vermelha tenha sido um acaso, a verdade é que diversos dirigentes do Partido Comunista Português (PCP) sublinham a ligação desta cor aos movimentos revolucionários da história (Branco 2000). O cravo vermelho tornou-se símbolo da luta antifascista portuguesa através da ação de Celeste Martins Caeiro, uma trabalhadora com cerca de quarenta anos, que se tornaria, de forma acidental, na criadora do símbolo visual e político da Revolução de Abril de 1974. Ao oferecer um cravo vermelho a um soldado que se dirigia ao Quartel do Carmo para dar conclusão às operações militares em curso, Celeste Caeiro tornou-se ela própria uma figura simbólica da Revolução, ficando conhecida como 'Celeste dos Cravos' (Partido Comunista Português 2024).

Efetivamente, o cravo vermelho tornou-se um símbolo da memória de Abril. É neste contexto que a análise dos elementos visuais através de uma lente política desvenda significado(s) oculto(s) dos acontecimentos sociais e políticos. Neste sentido, Dean Cooper-Cunningham (2020) afirma que os elementos visuais são de suma importância para a compreensão do(s) significado(s) político-sociais da utilização e/ou da existência desses mesmos elementos. Ultrapassando as teorias mais tradicionais das ciências sociais, o autor afirma que os métodos visuais e a estética são instrumentos relevantes no estudo da política e das RI. Enquanto elementos politicamente transformadores, podem moldar narrativas políticas que, assim, desafiam os moldes securitários (Cooper-Cunningham 2020). Partindo desta lógica, a utilização do cravo vermelho enquanto elemento visual das comemorações anuais da Revolução de Abril é um elemento político, pois evoca significados de liberdade e democracia, inerentemente políticos e é um objeto de celebração e de luta. De facto, de uma simples flor emergiu um significado político próprio que desafia a lógica tradicional e o status quo, moldando narrativas políticas e sociais acerca de um evento histórico: a Revolução Abril de 1974.

A viragem estética nas Relações Internacionais (RI)

Durante muito tempo, a análise da política e das RI foi dominada por uma lógica positivista. Contudo, as últimas décadas presenciaram o surgimento de vias alternativas de análise, que ultrapassam estes limites racionais e a rigidez epistemológica das ciências sociais e que têm em consideração a subjetividade inerente à atividade humana. Desta forma, o papel dos elementos visuais e artísticos, mas também das emoções, começou a ser tido em conta na análise dos fenómenos políticos internacionais (Bleiker 2018).

Nas RI, o teórico mais preponderante desta teoria é Roland Bleiker (2001), que afirma que as representações artísticas e as práticas estéticas permitem desvendar dimensões ocultas dos fenómenos políticos internacionais que os métodos mais tradicionais e racionais não conseguem. A política está, assim, intrinsecamente ligada às formas de expressão e perceções de análise do mundo, uma vez que estas definem, ainda que de forma arbitrária, o que é legítimo de ser pensado e sentido (Rancière 2004). Ainda na linha de quebra dos rígidos parâmetros das análises tradicionais na política internacional, Cerwyn Moore e Laura Shepherd (2010) inferem a necessidade de se adotar uma perspetiva estética holística no estudo da política internacional, mais direcionada para a análise dos aspetos mais subjetivos como as emoções. Dentro desta lógica, as imagens não apenas ilustram acontecimentos, mas produzem interpretações, moldam emoções públicas e orientam julgamentos políticos.

A viragem estética em RI também abriu espaço para metodologias que tratam imagens como fontes analíticas autónomas, e não apenas como suportes secundários do discurso. Ao analisar formas, cores, composições e ausências, estas abordagens procuram identificar como os elementos visuais constroem significados e intervêm na memória pública. Isto permite reconhecer que um cartaz não apenas comunica uma mensagem, mas ajuda a definir o que deve ser lembrado, celebrado ou esquecido.

O pós-estruturalismo de Jacques Derrida e de Roland Barthes enquanto quadro teórico de análise

O pós-estruturalismo de Derrida e a semiótica de Barthes oferecem ferramentas essenciais para analisar símbolos históricos, como o cravo vermelho da Revolução de Abril de 1974.

Em *De la Grammatologie* (1967), Derrida questiona a relação entre significante e significado, enfatizando a fluidez da linguagem e a inexistência de sentidos imutáveis. A escrita é um *tracé* que só adquire significado na leitura, permitindo interpretações contínuas. Conceitos como *déconstruction* e *différance* evidenciam que os símbolos e a memória histórica estão em constante movimento, sendo reinterpretáveis conforme o contexto sociopolítico. Assim, o cravo vermelho pode assumir diferentes significados nas comemorações do 25 de Abril, refletindo tensões entre narrativas

oficiais e interpretações alternativas (Derrida 1967). Já em *Spectres de Marx* (1993), o autor introduz a fantologia para mostrar como o passado assombra o presente. O cravo vermelho funciona como um “fantasma” visual, carregando a memória coletiva da Revolução e reativando, todos os anos, a experiência de liberdade e mudança (Forsyth 2023).

Barthes, por seu lado, em *The Death of the Author* (1977), desloca o foco do autor para o leitor, tornando o texto aberto a múltiplas interpretações. Em *Mythologies* (1957) e *Éléments de la Sémiologie* (1964), analisa a construção de mitos e signos, mostrando como objetos cotidianos podem ser naturalizados e carregados de significados culturais e políticos. O cravo vermelho, enquanto significante, adquire conotações de liberdade, democracia e identidade nacional, enquanto a denotação permanece apenas a flor. A semiótica de Barthes permite decifrar esses códigos visuais e entender como o mito se perpetua nas comemorações do 25 de Abril.

Combinando Derrida e Barthes, é possível compreender o cravo vermelho como um símbolo dinâmico e multifacetado: um trace e um fantasma que reativa memórias históricas, e um mito cultural que naturaliza narrativas de liberdade e identidade. A análise evidencia a construção social e política dos significados, mostrando como a Revolução de Abril continua a ser resignificada na memória coletiva e nos símbolos visuais das celebrações anuais.

Metodologia de investigação

Este estudo analisa em que medida o cravo vermelho, enquanto símbolo visual e político nas comemorações anuais do 25 de Abril, contribui para a construção da memória coletiva portuguesa da Revolução de 1974. Para isso, recorre a uma análise qualitativa e visual dos cartazes produzidos pela A25A, entre 1984 e 2025, explorando os significados iconográficos, tipográficos e discursivos transmitidos nos elementos visuais, em diálogo com o contexto político e social. A investigação é orientada pela viragem estética em RI e pelo pós-estruturalismo de Derrida e Barthes, que enfatizam a mutabilidade do significado e a construção social de símbolos visuais. A metodologia baseia-se na definição de Flick (2018) de análise qualitativa visual, que vê as imagens como práticas sociais (re)interpretadas pelos observadores, e contempla o exame de padrões e variações na iconografia, cores, tipografia e slogans dos cartazes, com o objetivo de compreender como as escolhas gráficas moldam e refletem narrativas e simbologias da Revolução de Abril.

A análise visual incidiu sobre diversos eixos analíticos: primeiramente, a presença e centralidade do cravo vermelho, considerando a sua presença e/ou ausência, a posição (se central, periférica ou fragmentada) e a forma (realista, estilizada, abstrata ou substituída simbolicamente); seguidamente, o regime cromático foi analisado pelo uso das cores vermelha, verde e branca (representativas das cores nacionais), os contrastes cromáticos e as associações emocionais e

políticas dessas cores. Também foram observados os elementos iconográficos complementares, incluindo símbolos militares, pacifistas, institucionais ou abstratos, bem como figuras humanas, animais ou objetos e metáforas visuais recorrentes, como por exemplo pomba, multidão, arma e natureza. A tipografia e o texto foram avaliados através de slogans e palavras-chave, como "liberdade" e "continuar", o estilo tipográfico (institucional, expressivo, minimalista) e a relação entre o texto e a imagem. Por fim, aferiu-se o tom afetivo e político, destacando aspetos como celebração, nostalgia, alerta, mobilização e questionamento, assim como a convocação à ação cívica ou à consolidação institucional. Por fim, a A25A foi selecionada pelo seu espólio representativo e pela presença constante nas comemorações oficiais, garantindo acesso a material documentado, tanto no Centro de Documentação 25 de Abril, como no seu *website* (<https://a25abril.pt/>).

O legado do cravo nas comemorações anuais da Revolução de Abril

Através desta investigação procurou-se compreender o processo de memorialização da Revolução de 1974 feito pela A25A, naquilo que concerne um símbolo visual, o cravo vermelho, com base nos cartazes anuais comemorativos produzidos pela A25A desde 1984 a 2025. Tendo como centro da análise a evolução e as discrepâncias de representação do cravo vermelho ao longo do século XX (1984-1999) e XXI (2000-2025), todos seguem o mesmo modelo interpretativo e analítico, a mesma apresentação e descrição dos dados, e uma linha cromática associada ao partido político no poder: a cor laranja corresponde ao Partido Social-Democrata (PSD) e a cor vermelha ao Partido Socialista (PS).

As comemorações anuais da Revolução dos Cravos do século XX (de 1984 a 1999)

Retomando a crítica ao revisionismo histórico da década de 80 de Loff (2011), é possível compreender que os cartazes da A25A reforçam o cariz militar da Revolução de 1974 (como é possível comprovar, mais perentoriamente, pelo cartaz comemorativo de 1984). Contudo, é também importante sublinhar novamente que a A25A foi criada por antigos militares do MFA sendo uma associação inerentemente de esquerda (e militar). Para além dessa questão, os cartazes comemorativos da A25A continuam a ser exemplos do cariz social, cultural e popular profundo do processo revolucionário, não se restringindo a uma lógica militar (Loff 2011).

Nesta década, havia uma forte ancoragem na memória histórica intimamente ligada à Revolução e às suas referências militares, como os soldados, as armas e o(s) cravo(s) vermelho(s). Desta forma, procurava-se legitimar a Revolução dos Cravos como a origem da democracia. Nos primeiros anos desta década (de 1984 a 1986), ainda não é possível verificar uma estratégia de atenuação do seu cariz revolucionário, pelo contrário, este ainda é bastante acentuado e consolidado pelos símbolos referidos precedentemente. Contudo, a partir de 1987, é possível

afirmar que esta estratégia começou a ser executada, nomeadamente com o recurso a símbolos como o pombo branco, símbolo universal da paz. O cravo vermelho, enquanto *signe* da liberdade, começa a ser (re)interpretado esteticamente (Barthes 1964). Esta utilização de referências simbólicas e visuais desconstrói, como delineado por Derrida (1967), a ideia de uma memória autêntica, uma vez que esta não é fixa, está em constante (re)construção e (re)interpretação. Desta maneira, a memória coletiva em torno da Revolução de Abril é dual, oscilando entre o furor revolucionário inicial e as tentativas de apaziguamento subsequentes.

Segue-se um resumo dos cartazes dos anos 80, representados na figura 2. O cartaz de 1984 evoca a Revolução através de símbolos militares, como soldados e um tanque, mas omite o cravo vermelho, destacando a dimensão militar da liberdade. Já o cartaz de 1985 traz elementos cósmicos e oníricos, como aves, barcos e cravos flutuando no céu, simbolizando a Revolução e a liberdade não apenas como conquistas, mas também como estados de espírito. Em 1986, o cartaz estiliza uma pomba que, em vez de largar bombas, liberta cravos vermelhos, conectando a narrativa militar à pacifista, em linha com o espírito de Abril. O cartaz de 1987, com uma pomba a segurar um cravo, simboliza a paz e a liberdade como conquistas da Revolução, transmitindo uma sensação de tranquilidade. Em 1988, o cartaz apresenta uma rutura artística e político-visual, com formas abstratas que sugerem o voo contínuo do espírito revolucionário. Finalmente, o cartaz de 1989 adota uma estética mais tradicional e institucional, com o cravo vermelho como símbolo central e a mensagem clara de continuidade, "vamos continuar". Dos 6 cartazes analisados, somente 2 (1984 e 1988) não possuem representação do cravo vermelho; 2 (1985 e 1987) não jogam com o conjunto das cores verde e vermelha, representativas tanto da bandeira de Portugal quanto do cravo; 2 (1984 e 1989) têm inscrito o slogan "liberdade" e apenas um (1989) "continuar".



Figura 2 — Cartazes das comemorações anuais da Revolução dos Cravos da década de 80 (1984-1989).

Fontes: CD25A, *website* da A25A e elaboração gráfica da autoria.

A análise dos cartazes comemorativos da A25A deve ser entendida à luz do contexto político, social e cultural dos anos 80. Efetivamente, as transformações advindas da Revolução de 1974 e o clima político da época influenciaram diretamente a forma como a memória da Revolução

foi representada. Politicamente, o Governo Constitucional foi liderado por Mário Soares (PS, 1984-1985) e Aníbal Cavaco Silva (PSD, 1986-1989); e a Presidência da República por António Ramalho Eanes (1984-1985) e Mário Soares (1986-1989). Socialmente, foi uma época de transformações sociais profundas, com a introdução de um regime democrático e a queda do regime ditatorial. Em 1983, embora não tenha havido cartaz comemorativo, o impacto da intervenção financeira do FMI em Portugal começou a ser sentido, com uma recessão económica e clima de austeridade em 1984, o que gerou um ambiente de descontentamento social (Rodrigues 2023). Nesse contexto, o cartaz de 1984 recupera elementos ligados ao 25 de abril de 1974, evocando o vigor da liberdade. Em 1985, com a assinatura do Tratado de Adesão às Comunidades Europeias, Portugal dava um passo importante para a sua abertura ao resto da Europa, o que se refletia no cartaz de 1985, que apresentava uma representação onírica de novos horizontes. Finalmente, em 1987, com a vitória do PSD nas eleições legislativas e a obtenção de uma maioria absoluta por Aníbal Cavaco Silva, o cartaz desse ano transmitia uma sensação de paz e liberdade, alinhando-se com o clima político de estabilidade e otimismo.

Já nos anos 90 surge um movimento de “rebelião da memória”. Loff (2014) afirma que este movimento pretendia combater o esvaziamento do significado revolucionário da Revolução de Abril, recuperando para a memória histórica aquilo que foi o seu potencial político e social transformador. Este movimento surgiu em reação a uma certa “normalização” do Estado Novo e do seu cariz violento e autoritário, nos anos 80 e 90, que seguiu uma tendência neoliberal e conservadora de minimização da violência do regime ditatorial português (Loff 2014). É possível tomar o exemplo do “cavaquismo”: os XI e XII Governos Constitucionais, liderados por Aníbal Cavaco Silva, consolidaram um reformismo de direita (neo)liberal, uma política de privatizações e uma certa tecnocracia governativa (Loff 2016). O 'cavaquismo' da década de 90 foi um projeto que contribuiu para o enfraquecimento da centralidade do passado revolucionário no imaginário coletivo português, atenuando-o e colocando o 25 de Novembro de 1975 — um golpe contrarrevolucionário — como a verdadeira origem da democracia (Loff 2016). Nesta medida, os cartazes da A25A desta época podem inserir-se num movimento de pacifismo da Revolução de Abril, isto é, numa resistência da A25A às narrativas que associam o 25 de Abril de 1974 a um evento violento. Ao fazer uso da flor (cravo vermelho) em praticamente todos os cartazes desta época, reforça a narrativa do cravo vermelho como símbolo de pacifismo e constitui uma tentativa de totalização deste mesmo significado (pacífico) da Revolução de Abril (Derrida 1967).

Nesta década, a abstração, a fragmentação e o minimalismo começaram a emergir nas representações visuais. O cravo vermelho surge como o símbolo central, estando presente em todos os cartazes excetuando o de 1997. Esta é uma estratégia clara de centrar a memorialização

da Revolução de Abril no *signe* cravo vermelho. Mais do que isso, reforça-se a ideia de uma revolução pacífica e não-violenta, em que as armas foram substituídas por flores, criando-se uma narrativa consensual da Revolução de 1974.

Segue-se um resumo dos cartazes dos anos 90, representados na figura 3. Entre 1990 e 1992, os cartazes seguem uma linha tipicamente institucional e racional, marcada pelo uso das cores verde e vermelha, do cravo vermelho como símbolo e de uma tipografia formal, minimalista, sem serifa ou negrito, transmitindo uma narrativa clássica de liberdade, ainda que em 1991 surja já uma dimensão mais afetiva através da mensagem em letras diminutas (“para quem é honra continuar abril”) e de um elemento que parece formar um coração. Em 1993 e 1994, as representações tornam-se mais abstratas e expressivas, com um cravo que emerge de um redemoinho e um caule semelhante a uma planta carnívora, sugerindo ambiguidade democrática, e com cravos representados como manchas ou sangue a escorrer, jogando com narrativas pacíficas e/ou violentas da Revolução. Em 1995 e 1996, o cravo surge em registos simbólicos distintos: em 1995, de forma abstrata, desabrochando a inscrição 25 de Abril num fundo marítimo possivelmente ligado ao passado colonial; em 1996, a brotar de um terreno fértil alimentado pelo “sonho”, numa clara alusão ao nascimento da Revolução a partir do sonho da liberdade. Já em 1997, o cartaz remete para uma manifestação, com uma multidão e bandeiras vermelhas que sugerem movimento e uma narrativa linear. Em 1998, regressa a pomba branca com um cravo vermelho no bico, num fundo com arco-íris e céu limpo, numa representação mais abstrata e cromática. Por fim, em 1999, a imagem simples, semelhante a uma fotografia polaroid com múltiplos cravos num fundo de céu claro, transmite a tranquilidade trazida pela Revolução de Abril. Dos 10 cartazes analisados, somente 1 (1997) não possui representação do cravo vermelho; 3 (1994, 1998 e 1999) não jogam com o conjunto das cores verde e vermelha, representativas tanto da bandeira de Portugal quanto do cravo; 4 (1990, 1991, 1992 e 1993) têm inscrito o slogan “liberdade” e apenas um (1991) “continuar”.





Figura 3 — Cartazes das comemorações anuais da Revolução dos Cravos da década de 90 (1990-1999).

Fontes: CD25A, *website* da A25A e elaboração gráfica da autoria.

A análise dos cartazes comemorativos da A25A deve ser entendida à luz do contexto político, social e cultural dos anos 90. Politicamente, o Governo Constitucional foi liderado por Aníbal Cavaco Silva (PSD 1990-1995) e António Guterres (PS 1996-1999); e a Presidência da República por Mário Soares (PS 1990-1995) e Jorge Sampaio (PS 1996-1999). Na esfera político-social, este foi um período de consolidação democrática e europeia (e também liberal). Internacionalmente, a entrada em vigor do Tratado de Maastricht em 1993, que estabeleceu as bases da união económica e monetária europeia, foi alvo de críticas pela consolidação de uma viragem neoliberal que se afasta dos princípios democráticos e solidários que seriam a base do projeto europeu (Esquerda 2018). Em termos culturais, destacam-se em 1998 a realização da Expo-98 em Lisboa, símbolo de uma abertura ao modernismo cultural, e a atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago, o primeiro e único português a recebê-lo.

As comemorações anuais da Revolução dos Cravos do século XXI (de 2000 a 2025)

O início dos anos 2000 é marcado por uma diversidade gráfica e de cores, assim como por um hibridismo de diversas correntes visuais e estéticas (fotografia, ilustração e design gráfico/digital). Os cravos vermelhos são (re)inventados em novas formas e designs, retirando-se uma certa rigidez simbólica, ou são até mesmo totalmente retirados das representações. O cravo vermelho enquanto *signe* é alargado, tornando-se múltiplo e sublinhando-se o caráter mais coletivo e a ação cívica no(s) processo(s) de memorialização. A Revolução de Abril é assim representada como uma memória viva, associada aos valores coletivos e à renovação, adaptando-se ao(s) contexto(s) e à evolução societal, refletindo a visão pós-estruturalista. Há, igualmente, uma recuperação dos símbolos militares que já haviam sido representados na década de 80, nomeadamente em dois cartazes (2000 e 2008). O cravo vermelho surge não como um símbolo fixo, mas antes uma flor carregada de simbolismo(s) e interpretações, tanto pacíficas como militares (e, consequentemente, violentas) (Barthes 1964).

Segue-se um resumo dos cartazes do início dos anos 2000, representados na figura 4. O cartaz de 2000 recupera elementos clássicos da Revolução, como o fundo militar e o cravo

vermelho mais realista, embora com uma tipografia mais floreada, remetendo à década de oitenta. Em 2001, os cravos flutuam num plano aquático, assemelhando-se a nenúfares, transmitindo simultaneamente tranquilidade e força de ressurgimento. Já o cartaz de 2002 adota um estilo moderno, utilizando pixéis para construir o cravo vermelho, aproximando-se da estética dos videogames. Em 2003, o cravo surge num jogo do galo como símbolo vencedor, evocando a vitória dos valores da Revolução, enquanto o cartaz de 2004 apresenta um registo mais industrial, com o cravo em tecido tipo ganga, mantendo, porém, uma estética minimalista. O cartaz de 2005 descentraliza o cravo, substituindo-o por uma pomba e cores diversas em forma de confetis, enfatizando o espírito festivo e o tema da paz. Em 2006, a ausência de imagens e símbolos, com apenas elementos tipográficos, consolida a liberdade como principal conquista de Abril. O cartaz de 2007 retoma um caráter clássico, com traços lineares e sóbrios e múltiplos cravos vermelhos como elementos centrais. Em 2008, a estética torna-se mais abstrata e moderna, com formas e cores intensas, enquanto o cartaz de 2009 adota uma abordagem quase matemática, representando exclusivamente números e palavras para marcar a passagem do tempo desde a Revolução. Dos 10 cartazes analisados, 3 (2005, 2006 e 2009) não possuem representação do cravo vermelho; 2 (2006 e 2009) não jogam com o conjunto das cores verde e vermelha, representativas tanto da bandeira de Portugal quanto do cravo; 5 (2000, 2002, 2006, 2007 e 2009) têm inscrito o slogan “liberdade” e nenhum “continuar”.



Figura 4 — Cartazes das comemorações anuais da Revolução dos Cravos do início dos anos 2000 (2000-2009).

Fontes: CD25A, *website* da A25A e elaboração gráfica da autoria.

A análise dos cartazes comemorativos da A25A deve ser entendida à luz do contexto político, social e cultural do início dos anos 2000. Politicamente, o Governo Constitucional foi liderado por António Guterres (PS 2000-2001), Durão Barroso (PSD 2002-2004) e José Sócrates (PS 2005-2009); e a Presidência da República por Jorge Sampaio (PS 2000-2005) e Aníbal Cavaco Silva (PSD 2006-2009). Na esfera político-social, apesar de uma importante integração europeia, verificaram-se tensões socioeconómicas crescentes. Internacionalmente, 2001 destacou-se pelo ataque de 11 de setembro nos EUA e pelo início da *war on terror* (Holloway 2008), enquanto em 2002 Timor-Leste adquiriu a sua independência e o euro entrou em circulação em Portugal. Em 2005, tanto o antigo líder comunista e rosto de Abril, Álvaro Cunhal, quanto o ex-primeiro-ministro dos governos provisórios pós-25 de Abril, Vasco Gonçalves, falecem. Em 2006 o Processo de Bolonha reformou o Ensino Superior, gerando críticas sobre precariedade académica (Varela 2019). A partir de 2009, o Tratado de Lisboa reforçou a integração europeia, mas suscitou debates sobre ingerência nos assuntos internos (Pereira 2019). Estes acontecimentos influenciaram os cartazes da A25A, nos quais o cravo vermelho se mantém presente como símbolo de resistência, paz, identidade nacional e legado português num contexto globalizado e europeu. Todos estes acontecimentos impactaram os cartazes da A25A desta época, verificando-se o uso do cravo vermelho em praticamente todos eles. Este surge como um símbolo visual não só de resistência, mas também de paz e identidade nacional, nomeadamente num contexto cada vez mais globalizado e europeu.

Já o final dos anos 2010 e o início dos anos 2020 trouxeram consigo uma maior modernidade tanto nas formas e técnicas quanto nas representações. A estética torna-se mais sofisticada conceptualmente, com o uso significativo de metáforas visuais e de elementos contemporâneos como a arte digital. Estes elementos visuais deixam igualmente de ser somente representações comemorativas, mas também convocam à ação coletiva. O cravo vermelho já não é, portanto, somente um símbolo de um passado fixo, mas um *signe* em estreita ligação com o(s) contexto(s) em que surge. A Revolução de Abril é assim memorializada como um espaço de luta contínua, de resistência, mas também de renovação, uma vez que se encontra estreitamente relacionada com os temas mais contemporâneos (seja a democracia, a igualdade, a liberdade ou os direitos políticos e sociais). O cravo vermelho deixa de ser símbolo de um passado fixo para se tornar um *signe* adaptativo, deixando de ser um objeto fixo para se tornar uma construção contínua de significado(s) interligados com o presente e projetados no futuro (Barthes 1964).

Segue-se um resumo dos cartazes dos anos 2010s, representados na figura 5. O cartaz de 2010 adota um estilo de aquarela, idílico, representando o cravo como árvore ao vento e transmitindo calorosamente a conquista da liberdade. Em 2011, recuperam-se as origens da A25A com referências explícitas ao MFA e ao passado colonial português. O cartaz de 2012 enfatiza a força revolucionária com um mar de cravos em movimento, enquanto 2013 evoca nostalgia ao integrar símbolos da Revolução e excertos poéticos, reforçando a mobilização emocional. Em 2014, há uma rutura visual ao substituir o cravo por um ponto de interrogação, questionando o legado da Revolução. Já 2015 retoma um estilo tradicional, simples e direto, exaltando a liberdade conquistada, e 2016 adota um caráter mais institucional, celebrando duplamente a Revolução e a Constituição com as cores nacionais. O cartaz de 2017 é altamente artístico, representando a liberdade de forma quase conflituosa, enquanto 2018 combina elementos estéticos com referências matemáticas e musicais, criando uma representação visual moderna e patriótica. Por fim, 2019 apresenta um design sóbrio, sem imagens ou símbolos, refletindo uma identidade institucional alinhada à identidade visual do XXI Governo Constitucional. Dos 10 cartazes analisados, somente 2 (2014 e 2019) não possuem representação do cravo vermelho; todos jogam com o conjunto das cores verde e vermelha, representativas tanto da bandeira de Portugal quanto do cravo; 5 (2010, 2011, 2015, 2016 e 2017) têm inscrito o slogan “liberdade” e nenhum “continuar”.



Figura 5 — Cartazes das comemorações anuais da Revolução dos Cravos dos anos 2010s (2010-2019).

Fontes: CD25A, *website* da A25A e elaboração gráfica da autoria.

A análise dos cartazes comemorativos da A25A deve ser entendida à luz do contexto político, social e cultural dos anos 2010s. Politicamente, o Governo Constitucional foi liderado por José Sócrates (PS 2010-2011), Pedro Passos Coelho (PSD/CDS-PP 2012-2015) e António Costa

(PS, 2016-2019); e a Presidência da República por Aníbal Cavaco Silva (PSD 2010-2015) e Marcelo Rebelo de Sousa (PSD 2016-2019). Na esfera político-social, Portugal viveu um período conturbado e transformador, marcado por crise económica, austeridade e mudanças sociais. Em 2010, foi aprovado o casamento entre pessoas do mesmo sexo e, em 2015, a adoção. Entre 2011 e 2014, a crise da dívida e a terceira intervenção da Troika geraram cortes salariais, aumento de impostos (Ferreira 2012) e movimentos sociais de protesto, como a “Geração à Rasca” e “Que se Lixe a Troika” (Soeiro 2014). Os cartazes da A25A refletiram estas tensões, evocando resistência, luta e esperança, embora em 2014 o cravo vermelho fosse substituído por um ponto de interrogação, questionando o futuro da democracia. A partir de 2015, com a criação da “geringonça”, o cravo voltou a simbolizar emoções positivas e a melhoria das condições de vida. Em 2017, internacionalmente, António Guterres torna-se Secretário-Geral da ONU, enquanto Portugal enfrenta graves incêndios e a morte de Mário Soares. O cartaz da A25A desse ano é o mais turbulento da década, com um cravo vermelho emergindo de um redemoinho negro, refletindo o clima social e emocional vivido. No conjunto, os cartazes desta década articulam o cravo vermelho como resistência, esperança e memórias de eventos políticos e sociais que marcaram Portugal.

Segue-se um resumo dos cartazes dos anos 2020s, representados na figura 6. O cartaz de 2020 adota uma abordagem abstrata e minimalista, com o cravo vermelho e a tipografia feitos de recortes e formas geométricas, evocando a memória histórica e a perenidade do símbolo. Em 2021, destaca-se o caráter intergeracional da luta pela liberdade, revitalizando a memória da Revolução dos Cravos. O cartaz de 2022 celebra a memória coletiva e a resistência contínua, sublinhando os dias de liberdade em comparação com o período de ditadura. Em 2023, a representação torna-se mais racional e sóbria, associando comemoração e identidade nacional numa narrativa linear. Já 2024 apresenta-se extremamente contemporâneo, com contrastes visuais e técnicas inovadoras, apelando à ação política e à continuidade da Revolução. Por fim, 2025 adota uma lógica institucional, celebrando os 50 anos das primeiras eleições livres e sublinhando a importância da estabilidade democrática. Dos 6 cartazes analisados, somente um (2023) não possui representação do cravo vermelho; somente um (2025) não joga com o conjunto das cores verde e vermelha, representativas tanto da bandeira de Portugal quanto do cravo; 3 (2021, 2023 e 2025) têm inscrito o slogan “liberdade” e apenas um (2024) “continuar”.



Figura 6 — Cartazes das comemorações anuais da Revolução dos Cravos dos anos 2020s (2020-2025).

Fontes: CD25A, *website* da A25A e elaboração gráfica da autoria.

A análise dos cartazes comemorativos da A25A deve ser entendida à luz do contexto político, social e cultural dos anos 2020s. Politicamente, o Governo Constitucional foi liderado por António Costa (PS 2020-2023) e Luís Montenegro (PSD/CDS-PP 2024-2025); e a Presidência da República por Marcelo Rebelo de Sousa (PSD 2020-2025). É relevante sublinhar a excecionalidade legislativa que marca esta década: em 6 anos, foram realizadas em Portugal 3 eleições legislativas (2022, 2024 e 2025), sendo todas elas antecipadas. Já em período normal, foram realizadas eleições presidenciais e eleições autárquicas em 2021, e eleições europeias em 2024. Ora, o foco nos processos democráticos, em especial no voto e nas eleições, dos cartazes destes anos, tem uma relação direta com o contexto político excecional vivido e não somente com aspetos comemorativos. A A25A tenta, por meios visuais, alertar para a instabilidade governativa vivida e para a estabilidade que a democracia deveria gerar. Além disso, salienta-se os valores da liberdade e da continuação de um processo democrático com raízes na Revolução de 1974. Há uma clara alusão em 2025 a períodos negros para a democracia, como se pode perceber pelo tom a preto e branco do cartaz, numa muito possível tentativa de advertir para o crescimento da extrema-direita em Portugal (ainda que esta seja uma tendência europeia) (Moreira 2025). Socialmente, a partir de 2020, a pandemia de Covid-19 assolou Portugal e o mundo, passando rapidamente de crise sanitária a económica. A adoção de medidas como o estado de emergência e restrições de circulação afetaram as comemorações do 25 de Abril, cancelando manifestações e desfiles populares, mantendo-se apenas a sessão solene na Assembleia da República, de forma mais institucional (Sapage 2020). Esse recato refletiu-se no cartaz da A25A de 2020, o mais simples da década, em consonância com a situação vivida pelo país.

Conclusão

Esta investigação analisou como o cravo vermelho, enquanto símbolo visual e político utilizado nas comemorações anuais do 25 de Abril, contribui para a construção da memória coletiva portuguesa em torno da Revolução de 1974. Focou-se na evolução dos cartazes anuais da A25A, e através do uso da teoria da viragem estética em RI, que pressupõe que as imagens e/ou os símbolos

são centrais na construção de significado(s) e da memória coletiva, foi possível desenvolver alguns argumentos.

Com efeito, a evolução visual destes cartazes mostra que o(s) processo(s) de memorialização evoluíram de uma lógica mais fechada para uma lógica mais aberta, e de representações fiéis (miméticas) para interpretações estéticas plurais (Ankersmit 1996). Os elementos visuais são assim utilizados de forma a evocar tanto a memória coletiva quanto a ação política (Rancière 2004). Esta memória não é apenas (re)lembrada, mas sim (re)construída, (re)interpretada e está em constante evolução. Ademais, o cravo, enquanto flor, apresenta-se como um símbolo de uma revolução pacífica, apesar de ter colocado fim a um regime ditatorial violento. Assim, constrói-se a narrativa coletiva de pacifismo e unidade, ocultando as dimensões mais conflituosas da memória revolucionária. É importante notar que os cartazes e, portanto, esta análise provém de uma associação de ex-militares do MFA, que promovem esta mesma memorialização pacífica da Revolução de Abril.

É, também, possível retomar o argumento que o cravo vermelho se tornou um *spectre* (Derrida 1993), um mito (Barthes 1964) construtor da memória coletiva acerca da Revolução de Abril em Portugal, tendo em si uma significação de liberdade. Desta forma, o cravo vermelho enquanto símbolo visual e político nas comemorações anuais da Revolução de Abril tornou-se o pilar, o elemento construtivo da memória coletiva portuguesa em torno deste acontecimento, sendo evocativo de sentimentos de liberdade.

Num contexto em que a memória da Revolução de Abril continua a ser (re)significada, compreender como se processa a sua memorialização é fundamental para se desconstruir os limites e o potencial da narrativa memorial. O processo de memorialização da Revolução de Abril tendo como base o símbolo visual e político cravo vermelho é extremamente bem-sucedido. O mito gerado em torno do cravo vermelho, permite a expansão dos valores de Abril, nomeadamente da liberdade, e gera um consenso alargado à sua volta. Este estudo permitiu, assim, pensar o cravo vermelho como um elemento que se adapta às evoluções político-sociais, mas também como um elemento construtor da memória coletiva portuguesa. Por outro lado, foi também possível compreender que a carga visual e, portanto, emocional do *signe* cravo não é neutra, uma vez que ao mesmo tempo que celebra a liberdade e o pacifismo, é também um elemento atenuador da complexidade do processo revolucionário e do seu pendor mais violento. Efetivamente, compreender e analisar criticamente esta dualidade é mais do que um exercício académico, é um contributo cívico para a forma como se interpretam os eventos históricos de um país.

Referências:

- Ankersmit, Franklin. *Aesthetic Politics: Political Philosophy Beyond Fact and Value*. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- Arendt, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: Uma reportagem sobre a banalidade do mal*. Lisboa: Ítaca, 2017a.
- Arendt, Hannah. *The Origins of Totalitarianism*. Londres: Penguin Books, 2017b.
- Assmann, Jan, e John Czaplicka. "Collective Memory and Cultural Identity." *New German Critique*, 65 (1995): 125-133. <https://doi.org/10.2307/488538>.
- Associação 25 de Abril. s.d. <https://a25abril.pt>.
- Barthes, Roland. "Éléments de sémiologie." *Communications*, 4, n. 1 (1964): 91-135. https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1964_num_4_1_1029.
- Barthes, Roland. "The Death of the Author." Em *Image Music Text*, Stephen Heath, 142-148. Londres: Fontana Press, 1977.
- Barthes, Roland. *Mythologies*. Paris: Éditions du Seuil, 1957.
- Bebiano, Rui. "Da desmemória e do seu antídoto." Em *Anos inquietos: Vozes do movimento estudantil em Coimbra (1961-1974)*, Maria Manuela Cruzeiro e Rui Bebiano, 9-13. Coimbra: Edições Afrontamento, 2006.
- Bell, Duncan. "Mythscape: Memory, Mythology, and National Identity." *British Journal of Sociology*, 54, n. 1 (2003): 63-81. <https://doi.org/10.1080/0007131032000045905>.
- Biblioteca de Arte Gulbenkian. 2024. "A poesia está na rua: Cartazes de Maria Helena Vieira da Silva." <https://gulbenkian.pt/biblioteca-arte/read-watch-listen/a-poesia-esta-na-rua/>.
- Bleiker, Roland. "Aesthetic Turn in International Relations." Em *International Relations*, Patrick James, 1-13. Oxford: Oxford University Press, 2018. <https://doi.org/10.1093/OBO/9780199743292-0236>.
- Bleiker, Roland. "The Aesthetic Turn in International Political Theory." *Millennium: Journal of International Studies*, 30, n. 3 (2001): 509-533. <https://doi.org/10.1177/03058298010300031001>.
- Branco, Isabel Araújo. "25 de Abril sempre! A flor que deu o nome à Revolução: «Um cravo oferece-se a qualquer pessoa»." *Avante*, 1378 (2000). <https://www.avante.pt/arquivo/1378/7803m4.html>.
- Canning, Kathleen. "The Politics of Symbols, Semantics, and Sentiments in the Weimar Republic." *Central European History*, 43, n. 4 (2010): 567-580. <http://www.jstor.org/stable/40962727>.
- Cooper-Cunningham, Dean. 2020. "Visual Methods and International Security Studies." <https://www.e-ir.info/2020/06/12/visual-methods-and-international-security-studies/>.
- Cruzeiro, Maria Manuela. "O 25 de Abril de 1974: Memória da revolução e revolução da memória." *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 2, n. 1 (2014): 25-34.
-

- Derrida, Jacques. *De la grammatologie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1967.
- Derrida, Jacques. *L'écriture et la différence*. Paris: Éditions du Seuil, 1967.
- Derrida, Jacques. *Spectres de Marx*. Paris: Éditions Galilée, 1993.
- Esquerda. 2018. “Tratado de Maastricht: A sabotagem neoliberal do projeto europeu.” <https://www.esquerda.net/artigo/tratado-de-maastricht-sabotagem-neoliberal-do-projeto-europeu/53286>.
- Flick, Uwe. *An Introduction to Qualitative Research*. Londres: Sage, 2018.
- Gedi, Noa, e Yigal Elam. “Collective Memory – What Is It?” *History and Memory*, 8, n. 1 (1996): 30-50. <http://www.jstor.org/stable/25618696>.
- Halbwachs, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- Halbwachs, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.
- Holloway, David. *9/11 and the War on Terror*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2008.
- Loff, Manuel. “Cavaco e o cavaquismo (II).” *Público*, 26 de março de 2016. <https://www.publico.pt/2016/03/26/politica/opiniao/cavaco-e-o-cavaquismo-ii-1727226>.
- Loff, Manuel. “Depois da revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da revolução.” *Revista História & Luta de Classes*, 12 (2011): 11-16. <https://dev.historiaelutadeclases.com.br/upload/arquivo/2018/03/2372544af4c64d6aea7ebab5761f8463d7ed249c>.
- Loff, Manuel. “Dictatorship and Revolution: Socio-Political Reconstructions of Collective Memory in Post-Authoritarian Portugal.” *Culture & History Digital Journal*, 3, n. 2 (2014): 1-13. <https://doi.org/10.3989/chdj.2014.017>.
- Moore, Cerwyn, e Laura Shepherd. “Aesthetics and International Relations: Towards a Global Politics.” *Global Society*, 24, n. 3 (2010): 299-309. <https://doi.org/10.1080/13600826.2010.485564>.
- Moreira, Madalena. “Com menos anos que os seus pares, Chega acompanha tendência europeia: O crescimento da extrema-direita.” *Observador*, 18 de maio de 2025. <https://observador.pt/especiais/com-menos-anos-que-os-seus-pares-chega-acompanha-tendencia-europeia-o-crescimento-da-extrema-direita/>.
- Nora, Pierre. “Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire.” *Representations*, 26 (1989): 7-24. <https://doi.org/10.2307/2928520>.
- Paese, Meagan. s.d. “Flower Power.” <https://thehistoryofrockandroll.net/flower-power/>.
- Partido Comunista Português. 2024. “Faleceu Celeste Caeiro.” <https://www.pcp.pt/faleceu-celeste-caeiro>.
- Pereira, Inês. “Tratado de Lisboa: Porreiro? Só para o grande capital.” *Abril*, 10 de dezembro de 2019. <https://www.abrilabril.pt/nacional/tratado-de-lisboa-porreiro-so-para-o-grande-capital>.

Rafter, Kevin. "The Political Communication of the Decade of Commemoration." *Studies: An Irish Quarterly Review*, 105, n. 420 (2016): 450-461. <http://www.jstor.org/stable/24871507>.

Rancière, Jacques. *The Politics of Aesthetics: The Distribution of the Sensible*. Nova Iorque: Continuum, 2004.

Rodrigues, Jorge. "1984: A segunda crise depois do 25 de Abril." *Expresso*, 2 de abril de 2023. <https://expresso.pt/economia/2023-04-02-1984-a-segunda-crise-depois-do-25-de-Abril-a6041316>.

Roudometof, Victor. "Beyond Commemoration: The Politics of Collective Memory." *Journal of Political & Military Sociology*, 31, n. 2 (2003): 161-169. <http://www.jstor.org/stable/45293737>.

Sapage, Sónia. "25 de Abril de 2020: Uma celebração mais curta e minimalista." *Público*, 25 de abril de 2020. <https://www.publico.pt/2020/04/25/politica/noticia/25-abril-2020-celebracao-curta-minimalista-1913756>.

Schwartz, Barry. "The Social Context of Commemoration: A Study in Collective Memory." *Social Forces*, 61, n. 2 (1982): 374-402. <https://doi.org/10.2307/2578232>.

Soeiro, José. "Da geração à rasca ao que se lixe a Troika: Portugal no novo ciclo internacional de protesto." *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXVIII (2014): 55-79. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/download/1307/1148/0>.

Tournier, Maurice. "Couleurs, fleurs et drapeaux dans les débuts de la Troisième République." *Mots. Les langages du politique*, 81 (2006): 109-117. <https://doi.org/10.4000/mots.17093>.

Varela, Miguel. "Processo de Bolonha no ensino superior nacional (2006-2018)." *Jornal de Negócios*, 28 de fevereiro de 2019. <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/miguel-varela/detalhe/processo-de-bolonha-no-ensino-superior-nacional-2006-2018>.

Recebido: 07 de janeiro de 2026

Aprovado: 11 de agosto de 2026